



MPF  
F. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**VOTO 2096/2014**

**PROCEDIMENTO MPF 1.17.000.002125/2013-44**

**ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO**

**PROCURADORA OFICIANTE: FERNANDO AMORIM LAVIERI**

**RELATOR: CARLOS ALBERTO CARVALHO DE VILHENA COELHO**

**MATÉRIA:** Notícia de Fato. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (CP, artigo 168-A). Crime de natureza material, cuja ocorrência depende de constituição definitiva do crédito tributário, em analogia à Súmula Vinculante 24 do STF. Crédito tributário pendente de constituição definitiva. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Precedentes do STF (Inq 2537 AgR/GO) e do STJ (HC 209712/SP, RHC 28798/PR). Arquivamento. Revisão (LC 75/93, artigo 62, inciso IV). Homologação.

**HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO**

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, **HOMOLOGA O ARQUIVAMENTO**, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Procurador da República oficiante (f. 7172).

Devolvam-se os autos à origem, com nossas homenagens.

Brasília-DF, 31 de março de 2014.

**Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho**  
Procurador Regional da República  
Suplente - 2ª CCR/MPF

/GN